



INTE

GRAR

Barsa

Barsa

Integrar: desafios e perspectivas de um cursinho popular universitário

Integrar: challenges and perspectives of a popular pre-college course

Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos

Doutor em História
Professor do Instituto Federal de Minas Gerais, campus Ouro Branco
rodolpho.santos@ifmg.edu.br

Thiago Vinicius Toledo

Doutor em Química
Professor do Instituto Federal de Minas Gerais, campus Ouro Branco
thiago.toledo@ifmg.edu.br

Douglas de Oliveira Costa

Engenheiro Civil
Ex aluno da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), campus Alto Paraopeba (CAP)
douglasoc.eng@gmail.com

Aline de Souza Oliveira Capato

Estudante de Licenciatura em Pedagogia do IFMG Ouro Branco
linecapato@hotmail.com

RESUMO

Historicamente, o acesso ao Ensino Superior no Brasil é marcado pela exclusão e pelo elitismo, principalmente em relação à população socioeconomicamente vulnerável. Este trabalho detalha a experiência do Cursinho Popular Integrar, desenvolvido por estudantes e professores universitários na cidade de Ouro Branco, Minas Gerais. Desde 2017 tal iniciativa extensionista busca viabilizar a entrada de estudantes carentes da região do Alto Paraopeba em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas por meio de aulas preparatórias ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O projeto, idealizado inicialmente pelos discentes, é atualmente organizado pela parceria entre três entes administrativos: o Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), a Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e a Prefeitura Municipal de Ouro Branco (PMOB). Detalha-se aqui a construção desse cursinho popular universitário, bem como os desafios e as tensões que perpassam esse projeto voltado para a ampliação da educação pública, gratuita e de acesso universal.

Palavras-chave: cursinho popular; universidade; inclusão social.

ABSTRACT

Historically, access to higher education in Brazil has been marked by exclusion and elitism, especially in relation to the economically disadvantaged population. This paper details the experience of Integrar, a popular pre-college course developed by students and university teachers in the city of Ouro Branco, Minas Gerais. Since 2017, this extension initiative seeks to enable the entry of underprivileged students from the Alto Paraopeba region into public higher education institutions (IESs) through preparatory classes for the National High School Exam (ENEM). The project, initially conceived by students, is currently organized by a partnership between three administrative entities: the Federal Institute of Minas Gerais (IFMG), the Federal University of São João del-Rei (UFSJ) and the City Hall of Ouro Branco (PMOB). This article details the construction of this popular pre-college course, as well as the challenges and tensions that permeate this project aimed at expanding public education, free and universal access.

Keywords: popular pre-college course; university; social inclusion.

INTRODUÇÃO

No Brasil, apenas 15,3% da população possuem curso superior (PNAD, 2016). Em comparação, a média entre os trinta e cinco países que compõem a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2017) é de 37%. Países vizinhos como Argentina (21%), Chile e Colômbia (22% em ambos os casos) também superam a realidade nacional (OECD, 2017). É certo que as matrículas vêm aumentando nas últimas décadas, mas em ritmo bastante lento. Em 2016, apenas 23,8% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos cursavam o ensino superior (PNAD, 2016).

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, a rede privada responde por 75,3% das matrículas, enquanto apenas 24,7% estão matriculados em entidades estatais¹. Outras distorções históricas também podem ser percebidas nas estatísticas. Embora pretos e pardos respondessem por 54,9% da população brasileira em 2016, tinham nível superior de escolaridade apenas 8,8% das pessoas com mais de 25 anos pertencentes a esse grupo. Entre a população branca (44,2% do total do país) na mesma condição, essa quantidade sobe para 22,2% (PNAD, 2016).

Embora se trate de uma questão complexa e multicausal, é notório que o estudante brasileiro de escola pública, de forma geral, enfrenta grandes dificuldades, como a falta de infraestrutura e recursos das instituições de ensino, despreparo e desmotivação de parte dos professores e desinteresse de uma parte dos próprios discentes provocado, entre outros fatores, pela falta de perspectiva. Não por acaso, percentuais de repetência e abandono mostram-se consideravelmente maiores nas escolas públicas. Dados de 2011 indicam que a reprovação total no ensino médio foi de 13,4% na rede pública e de 6,3% na rede privada. A evasão escolar acompanha a tendência apontada, com cerca de 12,6% na rede pública e de apenas 0,6% na privada (Carmo, 2014).

Graças à Lei de Cotas (12.711/2012), a presença de alunos de escolas públicas nas universidades e institutos federais vem crescendo. O percentual atingiu 50,6% das matrículas em 2016, segundo informações do Ministério da Educação. Vale lembrar, no entanto, que, conforme censo escolar do mesmo ano, 87,5% dos estudantes do ensino médio brasileiros estudavam em escolas públicas e apenas 12,5% em instituições privadas. Ou seja, embora tenham ocorrido avanços, parece claro que há um longo caminho a ser construído em direção ao ensino superior público de qualidade e acessível à população socioeconomicamente vulnerável.

Para se contrapor a isso, iniciativas como as dos cursinhos populares têm frutificado bastante nas últimas décadas. Gratuitos ou com mensalidades muito baixas, eles surgiram inicialmente como uma apropriação de uma prática da elite, procurando reproduzir fórmulas usadas por empresas de educação privadas (Casaut, 2019). Entre os mais antigos, que remetem à década de 1950,

¹ Dados do censo da Educação Superior, feito pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Estatísticas Educacionais Anísio Teixeira), órgão do MEC (Ministério da Educação), referentes a 2016.

estão o Cursinho da Poli, da USP (Universidade de São Paulo), São Paulo-SP, e o cursinho do CAASO (Centro Acadêmico Armando Sales de Oliveira), em São Carlos-SP.

O movimento dos cursinhos populares para população de baixa renda intensificou-se a partir da década de 1990. Eles se diversificaram em muitos tipos, destacando-se especialmente os comunitários, os universitários e os ligados a sindicatos e grupos religiosos (Grosso, 2019). Em muitos desses, a presença do movimento negro e estudantil promoveu novas formas de pensar o acesso à educação e novas práticas pedagógicas, ultrapassando o caráter meramente instrumental e pressionando pela democratização do ensino superior brasileiro.

É o que relata a experiência dos cursinhos populares universitários da Zona da Mata Mineira (Carvalho e Freitas, 2013) ligados às atividades de extensão da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Nesses projetos, os princípios norteadores aparecem calcados na Educação Popular, em uma perspectiva de Paulo Freire, na autogestão feita pelos estudantes e na interdisciplinaridade. Nesse e em muitos outros casos, componentes políticos passaram a integrar de modo profundo tais projetos que, mais do que reproduções dos cursinhos comerciais, passaram a se ver como parte de um movimento maior de luta pelo acesso a um direito social - a luta pela educação pública, gratuita e de acesso universal - e contra a estrutura meritocrática da educação superior brasileira.

Existem hoje no Brasil centenas de cursinhos populares geridos por estudantes universitários. Em sua maioria, eles não possuem sede própria e funcionam com frequência em espaços cedidos de escolas públicas e/ou das próprias universidades e institutos federais. Geralmente, essas mobilizações coletivas surgiram por iniciativas dos próprios discentes do ensino superior, que atuam de forma voluntária. São, como todos os outros tipos de cursinhos, iniciativas paraescolares, ou seja, práticas não reconhecidas pelos sistemas de ensino oficiais (Nascimento, 2013).

De acordo com Zago (2009, p. 265), um dado recorrente nas entrevistas com esses voluntários é que a motivação para esse tipo de iniciativa está bastante associada à "identificação entre sua própria trajetória social e escolar e aquela dos seus alunos (...) e uma mobilização - imbuída em uma espécie de missão - voltada para a redução das desigualdades sociais que a maior parte sofreu os efeitos".

A partir dos anos 2000, a aproximação dessas iniciativas com a extensão das universidades garantiu, com alguma frequência, estrutura (salas de aula) e bolsas aos estudantes universitários participantes. Em muitos casos a existência de bolsas não eliminou a presença do trabalho voluntário, que caracterizou esse tipo de iniciativa desde o início, sendo comum a convivência entre as duas modalidades de docente universitário (bolsistas e voluntários).

Essa recente estabilização financeira obtida por projetos via extensão universitária pode, segundo Grosso (2019), trazer como riscos sua despolitização, já que alguns passaram a ser acomodados à estrutura altamente hierarquizada das universidades. Desafios e tensões como essas serão discutidos ao final do texto. Em relação aos institutos federais, vale destacar especialmente a ex-

periência do IFSP (Instituto Federal de São Paulo), que conta com editais de extensão próprios para cursinhos populares. Em 2017, foram classificadas nove propostas implementadas nos *campi*, que estão recebendo conjuntamente recursos da ordem de trezentos mil reais. A maioria é voltada para bolsas de extensão aos discentes das instituições que atuam nos projetos aprovados.

O CURSINHO POPULAR INTEGRAR

A cerca de 100 quilômetros da capital do estado, a cidade de Ouro Branco está próxima de algumas das cidades que compõem o circuito histórico de Minas Gerais². Além disso, possui um valioso patrimônio natural representado pelo Parque Estadual da Serra de Ouro Branco e pelo Monumento Natural Estadual de Itatiaia.

Fundado provavelmente no final do século XVII, o local, com jazidas de ouro pouco atraentes, tornou-se ponto de passagem de tropeiros que abasteciam as regiões de mineração mais lucrativas. O povoado emancipou-se da vizinha Ouro Preto apenas no ano de 1953. Na ocasião, contava com pouco mais de quatro mil habitantes, com 3/4 (três quartos) vivendo na região rural, onde se dedicavam à produção principalmente da batata. A situação alterou-se profundamente no final da década de 1970 quando a ditadura militar pôs em prática o plano de instalação de uma usina siderúrgica no município, a Açominas. Com uma desapropriação maciça, surgiu um novo traçado urbano e bairros planejados para o município que, esperava-se, poderia chegar a 180 mil habitantes. A crise econômica dos anos 1980, porém, dificultou a execução desses planos. A estatal foi privatizada e vendida em 1993 para o grupo Gerdau, que até hoje é a principal empregadora da cidade.

Com uma população estimada pelo IBGE de 39.121 pessoas em 2018, a cidade possui IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) considerado alto (0,764), ocupando a 22ª posição entre 853 municípios mineiros (2010). Ainda de acordo com o IBGE (2012), o município detém o 23º maior PIB (Produto Interno Bruto) per capita do estado.

Segundo dados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de 2015, Ouro Branco possuía 1374 alunos de ensino médio. A cidade conta com sete escolas de ensino médio, todas na zona urbana, sendo três estaduais (Cônego Luiz Vieira da Silva, Iracema de Almeida e Levindo Costa Carvalho), três particulares (Colégio Batista Mineiro, Colégio Arquidiocesano e Colégio Pio XII - Cooped) e uma federal (IFMG). Ainda em relação ao IDEB, a nota dos alunos nos anos finais da educação básica (ensino médio) em 2015 foi 4,2, o que colocou a cidade na preocupante posição 626 entre os 853 municípios mineiros. Esse desempenho bastante ruim contrasta fortemente com a pujança econômica da cidade e da região.

² O município de Ouro Branco localiza-se na região do Alto Paraopeba, a cerca de 32 km de Ouro Preto, 46 km de Mariana e 25 km de Congonhas.

Em relação ao ensino superior, a cidade passou a contar na última década com duas instituições federais: a Universidade Federal de São João del-Rei, campus Alto Paraopeba (UFSJ/CAP) e o Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), campus Ouro Branco. A UFSJ oferece cinco bacharelados, todos na área de Engenharia (Civil, de Bioprocessos, de Telecomunicações, Mecatrônica e Química) e o IFMG, três bacharelados (Administração, Engenharia Metalúrgica e Sistemas de Informação) e uma licenciatura (Pedagogia). Ao todo, são abertas anualmente 700 novas vagas para ensino superior nos cursos citados. Essa nova realidade tem atraído uma grande quantidade de novos moradores ao município, especialmente jovens em busca de formação após o ensino médio.

Em contraste com a grande oferta de vagas para cursos superiores, o município não contava, até 2018, com nenhum cursinho pré-vestibular popular voltado para pessoas em vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, é recorrente entre os munícipes a percepção do considerável afastamento simbólico e territorial entre a população local e as instituições de ensino superior.

Algumas iniciativas recentes mostram que há uma demanda nesse sentido que não tem sido suprida pelo poder público. No segundo semestre de 2016, alunos de graduação da UFSJ realizaram, nas dependências do IFMG, três "aulões" (de português, atualidades e matemática), oferecidos a estudantes de escola públicas como forma de auxiliar no preparo ao ENEM. Lanches e verba para fotocópias de materiais foram adquiridos em uma campanha feita na UFSJ, que contou com a colaboração de alunos e professores. A divulgação foi feita pelos graduandos ao visitarem as escolas públicas. Na ocasião, mais de 100 pessoas compareceram, observando-se as mais diversas realidades (negros, brancos, jovens, adultos, alunos de diferentes escolas públicas, trabalhadores e pessoas já formadas no ensino médio há muito tempo). Houve retorno bastante positivo por parte dos educandos e educadores com pedidos de continuidade das atividades.

Vale destacar também que, em comunidade on-line no *Facebook*, notadamente o grupo "Se souber, me conte", as autoridades locais têm sido cobradas pelos munícipes em relação à implantação de um cursinho popular. Em fevereiro de 2017, por exemplo, uma demanda do tipo realizada nesse grupo levantou 82 interessados, número expressivo em se considerando o tamanho da cidade. Dessa forma, fica evidenciado que, em que pese a contínua transformação de Ouro Branco em um polo universitário, muitos dos seus cidadãos não têm condições de acesso ao ensino superior de qualidade.

No segundo semestre de 2018, uma parceria ampliada entre IFMG-campus Ouro Branco, UFSJ-campus Alto Paraopeba e Prefeitura Municipal de Ouro Branco permitiu maior institucionalização do projeto e a oferta de um cursinho preparatório ao ENEM nas dependências do IFMG aos sábados, batizado de *Cursinho Popular Integrar*. Setenta e sete munícipes concorreram às 35 vagas oferecidas, comprovando novamente a demanda por um projeto como esse. Após convênio formalizado em agosto de 2018, o processo seletivo de caráter socioeconômico foi realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento

Social, que também concedeu passes escolares, almoços e as fotocópias necessárias.

No total, foram realizados 13 sábados letivos (8h às 18h), que incluíram a aplicação de um simulado no estilo ENEM. Participaram do cursinho, nesse momento, 11 alunos de graduação de duas instituições (IFMG e UFSJ) que atuaram como educadores e 10 docentes efetivos que operaram como orientadores nas diversas áreas (Matemática, Linguagens, Natureza e Humanas). No total, 21 pessoas estiveram envolvidas na iniciativa. Entre os alunos de graduação (educadores do projeto), 10 atuaram como voluntários e apenas a discente que atuou como corresponsável pela gestão do projeto teve bolsa.

Vale destacar, em especial, a preocupação do projeto com o protagonismo juvenil. Buscou-se, sempre que possível, que os graduandos liderassem as aulas e as estratégias didáticas, contando com apoio dos orientadores quando necessário. Nesse sentido, é importante sublinhar também a participação dos 5 graduandos da Licenciatura em Pedagogia, que puderam colocar em prática muitos dos conhecimentos e habilidades desenvolvidas no seu curso superior.

Em uma pesquisa de opinião realizada com os discentes ao final do projeto, o retorno foi bastante positivo, com elogios à iniciativa, sugestões de melhorias e diversas solicitações de continuidade e ampliação dos dias letivos. A publicação dos resultados do SISU em janeiro de 2019 trouxe os primeiros resultados concretos, com a aprovação, em instituições públicas, de 11 alunos e mais 2 que ficaram nas listas de espera. Vale destacar, em especial, a considerável quantidade de aprovados nas próprias instituições que promoveram o projeto. Dos 11 aprovados, 6 fizeram matrícula no IFMG-OB, 1 na UFSJ-CAP e os outros em instituições de ensino superior da região, especialmente na UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), no IFMG-OP (IFMG Ouro Preto) e na UFV (Universidade Federal de Viçosa).

Os resultados podem ser considerados muito satisfatórios, principalmente levando-se em conta que em 2018 o projeto teve caráter piloto e contou com apenas 13 dias letivos ocorridos aos sábados.

Em 2019, as aulas do projeto tiveram início em abril nas dependências do IFMG Ouro Branco. Foram oferecidas inicialmente 40 vagas. As aulas ocorrem às terças, quartas e quintas-feiras e aos sábados, com duração de 1h e 15 minutos cada disciplina. No total, são oferecidas semanalmente 12h e 30 minutos de aulas aos discentes selecionados com disciplinas em todas as áreas do conhecimento (Humanas, Natureza, Linguagens e Matemática).

O processo seletivo foi realizado com apoio de dois assistentes sociais da Prefeitura Municipal e consistiu em análise socioeconômica e entrevista presencial. Concorreram às 40 vagas, 75 munícipes das mais variadas idades. Poderam se candidatar maiores de 18 anos que tivessem cursado ou estivessem cursando o ensino médio em instituições públicas. A Prefeitura Municipal, por meio da secretaria de Educação, também vem fornecendo passes escolares aos estudantes que não moram no mesmo bairro em que se localiza o IFMG Ouro Branco.

A escolha pelas aulas à noite e no final de semana atende a uma demanda de alunos majoritariamente trabalhadores, que usam os horários disponíveis noturnamente e aos sábados e domingos para se prepararem para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Conforme calendário, são oferecidos simulados nos finais de semana.

As disciplinas continuam sendo ministradas, em boa parte dos casos, por alunos de graduação do IFMG e UFSJ. Durante todo processo, os alunos de graduação são orientados por professores do IFMG e possivelmente da UFSJ. Em 2019, as aulas foram de abril e a novembro, totalizando 8 oito meses (cerca de 30 semanas).

PERFIL DOS DISCENTES

Dados do processo seletivo indicam que a renda média mensal *per capita* dos aprovados no início de 2019 era de R\$ 517,68. O Banco Mundial considera pobres as pessoas que vivem com menos de US\$ 5,5 por dia (R\$ 22,55, em cotação de outubro de 2019). Ou seja, menos de R\$ 676,50 mensais. Dos 43 aprovados, 33 tinham renda média mensal *per capita* abaixo desse valor. Tomando-se os critérios da mesma entidade, 8 dos aprovados podem ser considerados em situação de extrema pobreza, com renda mensal *per capita* abaixo de R\$ 233,70.

Partindo dessas informações, pode-se dizer que o projeto atinge principalmente uma parte das camadas populares que ainda goza de certos privilégios em relação aos grupos mais vulneráveis socioeconomicamente. Um dos fatores que colabora para isso é o fato de que o projeto acontece atualmente no abastado bairro Pioneiros, sede do IFMG Ouro Branco, que fica distante das regiões mais periféricas da cidade.

Em setembro de 2019, foi realizada uma pesquisa do perfil socioeconômico dos discentes que continuavam frequentando o projeto. Na ocasião, 33 dos 36 alunos responderam ao questionário. Entre as informações mais destacáveis está a nítida predominância das mulheres, que correspondiam a aproximadamente 73% dos alunos do projeto. Esse dado se coaduna com outras pesquisas brasileiras que mostram maior investimento e sucesso escolar por parte das mulheres do que dos homens (Carvalho, 2003).

Em relação à idade, cerca de 3/4 (três quartos) dos participantes eram jovens com menos de 25 anos. Um terço (1/3) do total, porém, afirmou ter finalizado o ensino médio antes de 2016. Portanto, há mais de três anos. Essa distância temporal da sala de aula é com frequência apontada pelos próprios alunos e alunas como fator de dificuldade no acompanhamento das aulas, já que muitos dos fundamentos das disciplinas foram esquecidos.

A respeito dos critérios de cor/raça, 68% dos alunos declararam que se consideram pretos ou pardos. O número é superior ao encontrado no último censo do IBGE (2010) na cidade, em que 56% dos moradores se declararam pertencentes a um desses dois grupos.

Quase a totalidade (aproximadamente 97%) dos alunos estavam em busca de nível de escolaridade superior ao de sua mãe. Ou seja, sua progenitora não havia concluído o ensino superior. Em 42% dos casos, a mãe havia concluído, no máximo, o ensino fundamental I (5º ano).

Na questão da rotina de aulas, a falta de tempo foi apontada de longe (cerca de 69%) como o fator que mais dificulta a dedicação aos estudos. Metade deles afirmou que consegue se dedicar aos estudos fora de sala de aula no máximo uma hora por dia. Isso pode estar relacionado a pelo menos dois fatores. Em primeiro lugar, a maior dedicação das mulheres, que são maioria no cursinho, aos serviços domésticos, por conta da inexistência de uma divisão igualitária dessas tarefas entre os gêneros, como mostram inúmeras pesquisas.

Além disso, os alunos reclamam com frequência do serviço de transporte público local, que conta com poucas linhas e horários. Mesmo em uma cidade pequena, a ineficiência do transporte público nos bairros periféricos faz com que horas preciosas sejam gastas na locomoção até o projeto. A situação torna-se ainda mais complicada aos sábados, dias de aulas e eventualmente de simulados, quando a quantidade de ônibus em circulação diminui.

Sobre os cursos superiores pretendidos, os da grande área de Ciências Humanas são de interesse de 50% (destacando-se Pedagogia, Administração e Direito), enquanto os de Ciências da Natureza interessam a 37% (destacando-se Nutrição, Odontologia e Medicina Veterinária) e menos de 10% têm a intenção de seguir carreiras da área de Ciências Exatas e Engenharias (destacando-se Engenharia Mecatrônica). A quase totalidade (94%) tem a intenção de ingressar em IES públicas da região, especialmente o IFMG, a UFSJ e a UFOP, já que a cidade fica a pouco mais de 30 quilômetros da cidade de Ouro Preto.

Em relação ao uso de recursos eletrônicos, como videoaulas, cerca de 90% declararam possuir celular com acesso à internet (*smartphone*), mas apenas 60% possuíam computador ou notebook disponível em casa.

DESAFIOS E TENSÕES

Nesses últimos três anos (2017 a 2019), o projeto tem enfrentado diversos desafios no seu processo de consolidação. Alguns são muito parecidos com os de outros cursinhos populares, caso da grande evasão dos discentes. Em 2019, apenas 22 dos 43 convocados em primeira chamada permaneceram no projeto durante os 7 meses de sua duração (abril a outubro). Os demais alunos foram convocados em chamadas posteriores.

De acordo com Zago (2009), essa evasão é multifatorial e pode estar relacionada a fatores como cansaço, falta de tempo, ingresso no mercado de trabalho, baixa autoestima e a avaliação, que acontece geralmente após alguns meses de aulas e a realização de simulados, de que as chances reais de aprovação no curso de graduação dos seus sonhos são muito menores do que o imaginado. Conforme aponta a autora, esses índices de desistência também são altos em outros cursos feitos por jovens de camadas populares, como

aqueles do EJA (Ensino de Jovens e Adultos).

Outra questão frequente diz respeito aos problemas em relação ao espaço físico, já que projetos como esse não contam, geralmente, com sede própria. Por isso, dependem muito da boa vontade de gestores públicos e da pressão da comunidade acadêmica para garantir a permanência em espaços universitários disputados por outros projetos ou mesmo pelas aulas regulares dos cursos de graduação tradicionais.

Além disso, existem as dificuldades relativas à condição social e à transitoriedade dos estudantes universitários que lecionam no projeto. Na medida em que terminam sua graduação e saem da posição de estudantes, muitos naturalmente acabam se afastando do projeto ao entrar no mercado de trabalho. Essa rotatividade gera problemas logísticos e complicações de ordem pedagógica mais profunda, que são vivenciados cotidianamente em centenas de cursinhos populares universitários no Brasil.

Em relação a questões específicas, uma das dificuldades do *Cursinho Popular Integrar* está relacionada à existência de apenas uma licenciatura (Pedagogia) na cidade. Essa graduação tem aulas no turno da noite, mesmo momento em que são oferecidas a maioria das aulas do cursinho, o que dificulta maior inserção das futuras pedagogas e pedagogos no projeto. Em razão disso, a maior parte das disciplinas são conduzidas por alunos das Engenharias, que com frequência buscam aproximar sua formação da disciplina escolhida. Assim, alunos de Engenharia de Bioprocessos, por exemplo, são responsáveis pelas aulas de Biologia.

Isso promove a multidisciplinaridade, muito importante quando ao estruturar Programas de Extensão, mas traz também alguns problemas oriundos da falta de contato cotidiano do educador com o conteúdo programático que está lecionando e a falta de aprofundamento em alguns temas durante seu curso superior. No dia a dia, parte dessas dificuldades são sanadas com as orientações pedagógicas realizadas pelos docentes do IFMG, mais acostumados com aulas no ensino médio.

Embora não fosse um dos objetivos iniciais, o cursinho tem surpreendido ao despertar a paixão pela docência nesses estudantes universitários. Há registro inclusive de casos de alunos de Engenharias que optaram por uma segunda graduação na área das Licenciaturas justamente pelo impacto positivo provocado pela experiência como docente dentro do projeto.

Outra questão específica que pode ser destacada são as dificuldades de inserção nas aulas e no próprio projeto pedagógico de pautas políticas relacionadas à cidadania e à luta pelo direito à educação superior gratuita e de qualidade. Como boa parte dos integrantes acaba sendo consumido por aspectos mezinhos relacionados à operacionalização do projeto, pouco foi feito até o momento no sentido de explorar o enorme potencial que iniciativas como essa têm de se converter em movimentos sociais mais amplos que, em articulação com seus congêneres, lutem contra a exclusão no ensino superior brasileiro.

Essa é uma questão especialmente importante para dar conta de um dilema intrínseco a projetos como esse. Conforme aponta Groppo (2019), nos

cursinhos populares coexiste de forma contraditória a busca dos candidatos pela ascensão social individual, via entrada no ensino superior, e um movimento coletivo que busca ampliar o direito à educação para toda sociedade. Explicitar essa situação complexa dentro da sala de aula é fundamental, pois algumas vezes os alunos podem encarar o projeto de formas equivocadas, como um mero benefício concedido pelo poder público (Camargo, 2009), em especial pela Prefeitura ou (ainda pior) pelo prefeito(a), ou ainda como fruto de algumas boas almas caridosas (os universitários).

Por fim, vale destacar, conforme apontam muitos autores (Casaut, 2019; Groppo, 2019), a tensão latente entre a gradual institucionalização, por meio de orientações e de bolsas de extensão, e o espontaneísmo criativo dos movimentos estudantis, que traz consigo projetos político-pedagógicos inovadores com frequência críticos da ordem meritocrática e da própria hierarquização e burocratização das estruturas universitárias. Nesse sentido, a entrada de movimentos sociais como esse nas universidades é delicada e não se faz sem contínuos conflitos cotidianos de várias ordens.

No entanto, acreditamos que ambos têm a ganhar com tal convivência. A construção de projetos coletivos como os cursinhos populares têm ajudado as instituições de ensino superior a abrirem suas portas aos setores populares da sociedade, ao mesmo tempo em que garantem condições concretas para que a luta social do movimento estudantil pela democratização do ensino superior brasileiro se amplie ainda mais.

REFERÊNCIAS

BARTELMEBS, R. C.; FRICK, L. T.; KROMBAUER, G. C.; DOS SANTOS, L. A. M.; BAVARESCO, J.; BORTOLETTO, D. Pré-Vestibular Comunitário na UFPR: relato de uma ação extensionista. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 10, n. 1, p. 19-24, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufrs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10592/pdf>>. Acesso em 19 de setembro de 2019.

CAMARGO, Fernanda Furtado. *Cursinhos pré-vestibulares populares e o caso da UNESP: alguns condicionantes à sua criação e transformação*. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2009, 118f.

CARMO, Erinaldo Ferreira et al. Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.*, Brasília, v. 95, n. 240, p. 304-327. Aug. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812014000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 de agosto de 2019.

CARVALHO, M. F.; FREITAS, M. C. F. Perspectivas e desafios dos cursinhos populares da Zona da Mata Mineira. *Revista ELO – Diálogos em Extensão*, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 171-182, jul. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/ojs/index.php/elo/article/view/996>. Acesso em: 5 setembro 2019.

CASTRO, Clóves Alexandre de. *Cursinhos alternativos e populares. Movimentos territoriais de luta pelo acesso ao ensino superior público no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidades Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente, 2005, 114 f.

CENSO Escolar da Educação Básica 2016, INEP, Ministério da Educação, fev. de 2017, p. 18. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf. Acesso em 15/05/2018.

CASAUT, Raul da Costa. *Cursinhos populares da Unesp: histórico, conquistas e desafios*. Dissertação (mestrado em Química). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara-SP, 2019, 179 f.

GROPPO, Luís Antonio; OLIVEIRA, Ana Rosa Garcia de; OLIVEIRA, Fabiana Mara de. Cursinho popular por estudantes da universidade: práticas político-pedagógicas e formação docente. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 24, e240031, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782019000100225&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 de

setembro de 2019.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

NASCIMENTO, D. *Política de acesso ao ensino superior: uma análise dos cursinhos pré-vestibulares da UNESP*. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), Relatório "Education at a Glance 2017". Disponível em <http://www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm>. Acesso em 29/04/2018.

PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, pesquisa feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referente a 2016. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?=&t=resultados> . Acesso em 01/05/2018.

ZAGO, N. Pré-vestibular popular e trabalho docente: caracterização social e mobilização. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 4, n. 8, p. 253-274, 2009.

Data de submissão: 11/11/2019

Data de aceite: 02/04/2020